



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA CULTURA DIGITAL

IDENES DALMAGRO

**AS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO
PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

FLORIANÓPOLIS

2016

IDENES DALMAGRO

AS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO
PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Educação da
Universidade Federal de Santa Catarina, para
a obtenção do grau de especialista em
Educação na Cultura Digital.
Orientadora: Prof^ª M.^a Cris Regina Gambeta
Junckes.

FLORIANÓPOLIS

2016

RESUMO

O presente trabalho aborda a temática *Tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) no processo de alfabetização de crianças do ensino fundamental*. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, com consulta em documentos legais que versam sobre o tema educação e alfabetização. Além disso, a pesquisa está pautada nas experiências vivenciadas e nos estudos desenvolvidos no decorrer do curso de especialização em Educação na Cultura Digital. Foram consultados também autores que trabalham com temas voltados às tecnologias educativas e processo de alfabetização. Na fundamentação teórica contemplamos os conceitos de criança, infância, educação e alfabetização, bem como a contextualização da relação existente entre aprendizagem significativa e a integração das TDIC no currículo escolar. Por último tem-se uma discussão referente ao processo de alfabetização com o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação. Para desenvolver a pesquisa bibliográfica, buscou-se apresentar informações de diversas fontes, valorizando o conhecimento científico já produzido, tanto no que tange o processo de alfabetização, assim como, o uso das tecnologias educativas em tal processo. Posteriormente apresentam-se os resultados obtidos e as considerações referentes ao processo da pesquisa. Conclui-se que a utilização das TDIC no processo de alfabetização torna o processo mais significativo, motiva as crianças a buscarem conhecimento, desenvolve suas habilidades e amplia suas possibilidades de interação social. Para tanto, a utilização das TDIC precisa estar integrada ao currículo escolar e ser efetuada mediante um planejamento prévio.

Palavras-chave: Educação; Tecnologias educativas; Alfabetização; Ensino Fundamental; Currículo escolar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1 A EDUCAÇÃO E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	9
1.1 CICLO DE ALFABETIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFESSORES	14
2 CULTURA DIGITAL NA ESCOLA	17
3 CURRÍCULO E AS TECNOLOGIAS EDUCATIVAS	24
3.1 O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO COM O USO DAS TECNOLOGIAS	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	32

INTRODUÇÃO

O presente trabalho relata inicialmente a trajetória da autora e em seguida o percurso da pesquisa. Atuo como professora dos anos iniciais do ensino fundamental, na Escola de Educação Básica Jacob Maran, escola situada no meio rural do município de Dionísio Cerqueira, no distrito de Jorge Lacerda, há quatro anos. Essa escola atende aproximadamente 200 alunos, em sua maioria (aproximadamente 95%) oriunda do meio rural, contemplando 13 comunidades vizinhas.

A escola tem como filosofia de trabalho *Educar para a liberdade de ações e firmeza nas decisões*. Diante disso trabalhamos em uma perspectiva que o homem dinamiza o seu mundo utilizando-se das relações sociais nele estabelecidas e almejamos uma sociedade dinâmica, participativa, politicamente democrática e justa, que leve em consideração os problemas sociais dentro de uma dimensão técnica e política.

Diante da filosofia que norteia a prática pedagógica da escola, as metodologias de trabalho são desenvolvidas, objetivando despertar o espírito investigativo nos estudantes, fortalecendo a interação entre os mesmos e a socialização do conhecimento. O uso das tecnologias é incentivado na escola, no processo de planejamento e desenvolvimento das aulas. Em função disso a maioria dos professores esforça-se para utilizar as tecnologias educativas no cotidiano do processo de ensino e aprendizagem. As tecnologias existentes na escola são utilizadas pelos professores, com maior ênfase, na apresentação de Power Point, vídeos, na realização de pesquisas, registros de atividades coletivas e culturais. Além disso, os estudantes utilizam a sala informatizada para realizar pesquisas, cursos de formação, elaboração de *slides* e apresentações de trabalho.

No início do curso de Especialização em Educação na Cultura Digital (2014), o grupo de trabalho da escola que participou do curso efetuou uma pesquisa para elaborar o diagnóstico do uso das tecnologias na escola, envolvendo os estudantes da instituição. As questões de pesquisa abordavam os recursos tecnológicos disponíveis na escola, observando como era efetuado o uso dos mesmos; quais os equipamentos que os estudantes possuíam em casa (computador, tablets, celulares); como ocorria o acesso à internet, e também, houve o questionamento sobre a finalidade do uso da internet, na qual, buscamos identificar para que os estudantes utilizavam esse instrumento tecnológico.

Com a pesquisa constatamos que o acesso aos recursos tecnológicos é limitado, por ser uma comunidade rural, onde nem todos os locais possuem cobertura de sinal de telefonia

móvel. O acesso à internet também é limitado e lento. Algumas famílias possuem computadores e internet em casa, e nesses casos, os estudantes afirmam utilizar os mesmos para interagirem nas redes sociais, realizarem pesquisas escolares e obterem informações referentes aos fatos que acontecem no mundo. Percebemos que grande parte dos estudantes possui acesso aos recursos tecnológicos somente na escola, durante as atividades propostas em aula pelos professores. Diante disso, ficou evidente a necessidade de se integrar as tecnologias no currículo escolar da EEB Jacob Maran.

A insegurança de como efetuar essa integração era grande quando iniciamos os estudos do curso. No decorrer das disciplinas, com as leituras, discussões e socialização das informações, os horizontes foram ampliando-se e a integração foi ocorrendo de maneira gradual e planejada, objetivando sempre propiciar aos estudantes o contato com as tecnologias. A busca, pela superação das dificuldades foi constante, vencendo sempre os desafios presentes no processo.

A monografia aqui apresentada tem como tema *As TDIC no processo de alfabetização de crianças do ensino fundamental*, sendo este, o produto final do Curso de Especialização em Educação na Cultura Digital, que teve aproximadamente dois anos de duração. A pesquisa está pautada nas experiências vivenciadas e nos estudos desenvolvidos no decorrer do curso de especialização.

A escolha do tema deu-se diante da necessidade de ampliar os conhecimentos relacionados ao tema, bem como, a intenção de contribuir na divulgação de informações sobre as possibilidades de melhorar a prática pedagógica dos professores em sala de aula com o uso das tecnologias educativas, sendo assim, um importante contributo ao processo de ensino e aprendizagem.

Este trabalho tem por objetivo geral compreender o papel e importância das Tecnologias Digitais da Informação e de Comunicação (TDIC) no processo de alfabetização das crianças que estudam nos anos iniciais do ensino fundamental. Os objetivos específicos foram: realizar um estudo bibliográfico onde buscamos compreender e apresentar o conceito de criança, infância e educação; além de averiguar as possibilidades da integração das TDIC no currículo escolar e a presença das TDIC no processo de alfabetização.

Na realização dos estudos bibliográficos, no decorrer do curso de Especialização em Educação na Cultura Digital, oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) deparamo-nos com a realidade presente no atual cenário da educação. Constatamos que os avanços tecnológicos estão presentes na vida de muitos de nossos estudantes, pois desde

muito cedo, as crianças convivem com diversos aparelhos tecnológicos e adaptam-se com facilidade aos recursos por eles oferecidos. Percebemos também que os maiores índices de resistência estão relacionados à população adulta. Estes tendem a negar a importância ao uso das tecnologias, demonstrando inclusive mais dificuldades em aprender a manuseá-las e se adaptar as mesmas. Tal situação se repete no cenário educativo, onde as crianças possuem interesse e habilidades de uso pelas tecnologias e os adultos envolvidos, os professores no caso, apresentam-se mais receosos e ponderados diante das inovações metodológicas proporcionadas por essas ferramentas.

Considerando que as crianças possuem interesse em ter contato com as tecnologias, ponderamos que uma prática pedagógica com uso das tecnologias educativas no processo de alfabetização das crianças nos anos iniciais do ensino fundamental poderá proporcionar momentos mais efetivos de aprendizagem, pois poderão ser lúdicos e prazerosos para as crianças, possibilitando que a construção do conhecimento se desenvolva de forma significativa.

A escolha da temática do uso das tecnologias, justamente no processo de alfabetização, deu-se também pelo fato de que as políticas públicas estão cada vez mais voltadas para a erradicação do analfabetismo. Os governos buscam melhorar os indicadores sociais do país, defendendo o aumento dos investimentos na fase inicial da escolarização.

No Brasil, vários são os programas nacionais implantados para incentivar a alfabetização tanto dos jovens e adultos como, principalmente, das crianças. O Plano Nacional da Educação (PNE – 2014-2024) prevê que todas as crianças sejam alfabetizadas até os oito anos de idade, sendo que, na meta número 5 desse plano, defende-se a importância de “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental” (BRASIL, 2014). As estratégias que seguem tal meta abrangem a capacitação dos professores, a avaliação dos processos de alfabetização, a distribuição de materiais didáticos de qualidade para serem usados nessa etapa escolar, o incentivo e a formação dos professores para a utilização das tecnologias educacionais, proporcionando práticas inovadoras e diversas abordagens metodológicas. Partindo das metas do PNE o governo federal implantou, em parceria com os estados e municípios, o Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Dentre as ações do Pacto cabe destacar a de proporcionar aos professores alfabetizadores capacitações voltadas às práticas de ensino que busquem desenvolver a leitura, a escrita e o cálculo por meio de sequências didáticas que priorizem o uso de

diferentes gêneros textuais, onde o uso de tecnologias é incentivado, por meio de metodologias lúdicas e prazerosas de trabalho (BRASIL, 2015).

Diante do visível investimento que o governo fez na capacitação dos professores alfabetizadores, nos últimos anos, para que incorporem em seus planejamentos recursos tecnológicos, de forma lúdica e eficiente, bem como, instrumentalizando as escolas ao enviar aparelhos tecnológicos como: lousa digital, computadores e *tablets*, para que todos tenham acesso às tecnologias, surge a curiosidade de conhecer mais sobre o uso das tecnologias educativas no processo de alfabetização, tendo por finalidade verificar como estas podem contribuir no processo de aprendizagem das crianças. Diante de tais fatores, os estudos relacionados ao uso das TDIC no processo de alfabetização foram considerados importantes e necessários, objetivando ampliar o conhecimento referente ao tema.

O presente trabalho é composto por três capítulos que ressaltam questões referentes à relação educação, cultura digital e o processo de alfabetização. No primeiro capítulo, apresentamos o conceito de criança, tendo como referência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). O conceito de infância está pautado nos estudos de Kramer, ao destacar que o lugar da infância na sociedade vem modificando-se ao longo da história. Nesse capítulo enfatiza-se a mudança no ensino fundamental, que foi aprovada por lei no ano de 2006, onde o ensino fundamental passou de oito para nove anos de duração, com a entrada das crianças aos seis anos de idade no primeiro ano (BRASIL, 2006).

Na sequência, destacamos a formação continuada de professores alfabetizadores, ressaltando especificamente um programa do governo federal - o PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, oferecido nos anos de 2013, 2014 e 2015 aos professores do ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental). Dentre as orientações apresentadas nessa formação profissional destaca-se a solicitação de que os professores trabalhem a alfabetização com a utilização das TDIC e modifiquem suas metodologias de ensino, inserindo práticas lúdicas e que despertem o interesse das crianças, considerando que as mudanças na implantação do ensino fundamental de nove anos não foram apenas administrativas, mas, sobretudo, pedagógicas.

Apresentamos no segundo capítulo a cultura digital na escola e sua relação com a aprendizagem, na qual ressaltamos a importância da aprendizagem ser significativa e investigativa. Nessa parte do texto apresenta-se o que é cultura digital, assim como, a popularização dos recursos midiáticos nos últimos anos, momento este em que as crianças

passaram a ter contato com os artefatos tecnológicos, bem como, conhecê-los e saber utilizar tais recursos no seu cotidiano, sendo que, nesse período, as TDIC chegam às escolas e começam a ser inseridas no processo educativo.

No capítulo seguinte, a relação das tecnologias educativas ao currículo escolar é ressaltada, sendo abordadas as concepções de currículo, tendo por base os estudos de Sacristán (2000), Freire (1991) e Goodson (2007). Discute-se a responsabilidade do professor na elaboração do currículo com a integração das TDIC, buscando emancipar os estudantes, apresentando-lhes possibilidades e mostrando-lhes que as tecnologias vão além das redes sociais. No final do texto enfatizamos a importância da relação da utilização das TDIC no processo de alfabetização salientando que tal processo possui diversos desafios. Destaca-se que o uso dos recursos tecnológicos pode ser uma alternativa para enriquecer o processo educativo e melhorar os resultados escolares. Posteriormente apresentam-se as considerações finais, tendo em vista as possíveis análises do trabalho desenvolvido, após a realização dos estudos no decorrer do curso e das pesquisas desenvolvidos na construção do presente trabalho de conclusão do curso.

1 A EDUCAÇÃO E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Os professores que trabalham com turmas de alfabetização devem considerar que os estudantes são crianças, com isso suas metodologias de ensino devem ser adequadas à faixa etária e ao nível de desenvolvimento dos estudantes, tendo clareza dos objetivos que se pretende alcançar. Diante disso, percebe-se a importância do docente possuir conhecimentos referentes às concepções de infância que permeiam a história e como tais concepções evoluíram, assim como, os anseios e necessidades das crianças.

A legislação vigente no país é o que determina os rumos que devem ser tomados em território nacional. Quando falamos de educação, os aspectos legais são igualmente importantes, como em todos os outros setores da sociedade. Os professores precisam ser (in)formados e estar cientes do que a legislação prevê em relação a organização da educação escolar, de forma ampla, principalmente no que diz respeito as suas responsabilidades no processo formativo das crianças.

A Proposta Curricular de Santa Catarina (1998) apresenta alguns documentos que direcionam a questão dos direitos da criança e de proteção à infância, tais como: a Declaração dos Direitos da Criança (Declaração de Genebra em 1923), a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), a Constituição Federal de 1988, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), entre outras.

Vários anos após a publicação de todos esses documentos percebe-se que, apesar das leis existirem, muitas vezes, não são respeitadas e cumpridas, pois estão frequentemente sendo esquecidas ou desconsideradas. Diante disso defendemos que, há muito que se fazer em termos de educação, para garantir que os direitos da criança sejam respeitados, valorizando a criança desde a mais tenra idade, dando-lhes as condições necessárias para seu desenvolvimento pleno.

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), “criança é todo o ser humano de até doze anos de idade, e adolescente de doze anos até os dezoito anos”. Para que tenhamos um entendimento melhor da infância na história, seu percurso, sua evolução recorreremos ao estudo de Kramer (1982, p. 18) ao informar que:

[...] a ideia de infância não existiu sempre e da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano – industrial, na medida em que mudam

a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal a criança exercia um papel produtivo direto (de adulto) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para a atuação futura. Esse conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação nas formas de organização da sociedade.

Muitos foram os progressos no reconhecimento das singularidades das crianças e suas infâncias, mas temos ainda muito a fazer, pois as crianças são sujeitos atuantes em suas histórias, dotadas de vontades e capacidade de aprender. A preocupação com a valorização desses sujeitos deve ser imediata, pensando, não somente no que elas virão a ser, mas valorizando-as no que são agora. Ao se sentirem respeitadas e conhecedoras de seus direitos teremos, certamente, seres humanos mais conscientes de suas potencialidades e, conseqüentemente, sujeitos mais felizes.

No que se refere à conceituação de educação, destacamos os artigos 1º e 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e de pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996)

O artigo segundo afirma que a educação é dever da família e do Estado, contudo vemos frequentemente, casos em que isso não ocorre. Para além do abandono do Estado no que diz respeito ao atendimento básico aos cidadãos, percebe-se também que algumas famílias se omitem a educar as crianças, deixando ao encargo da escola tal responsabilidade. A escola muito se queixa a respeito disso, no entanto, às vezes, as exigências para com as famílias são maiores do que as condições que estas têm de atender as necessidades dos filhos.

Para fins de esclarecimento, ressaltamos que o Artigo 21, da LDB 9394/96 versa sobre a composição dos níveis escolares: “A educação escolar compõe-se de: educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e educação superior” (BRASIL, 1996). O Ensino Fundamental passou a ter a duração de nove anos a partir de fevereiro de 2006, data da publicação da Lei nº11.274/2006, que alterou a duração do ensino fundamental no Brasil e que, conseqüentemente, alterou a redação do artigo 32 da LDB 9394/96. Nesse artigo afirma-se que “o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9

(nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão” (BRASIL, 1996).

A partir dessa lei, as crianças entram um ano antes no ensino fundamental, e isto vem desencadeando muitas dificuldades na prática pedagógica, pois as crianças chegam nas escolas ainda muito pequenas e possuem muita vontade e necessidade de brincar. Diante disso, cabe aos professores desenvolverem um trabalho voltado para o lúdico, buscando atender as necessidades formativas das crianças, uma vez que estas precisam ser cativadas para os estudos no ensino fundamental e assim corresponder com as expectativas do processo de alfabetização, de acordo com seu tempo de aprendizagem e desenvolvimento.

No que se refere às mudanças no ensino fundamental e ao trabalho mais lúdico, corroboramos com a ideia de Osório (2006, p.1) ao afirmar:

No novo modelo, os conteúdos serão aplicados de forma mais lúdica, valorizando as características de cada criança. Os currículos serão debatidos pelos conselhos estaduais de educação juntamente com as escolas. A metodologia de avaliação também vai sofrer alterações. O MEC quer romper com a prática tradicional de avaliação por notas ou conceitos. O tempo de aprendizagem do aluno será respeitado com o aumento do tempo de alfabetização. A atuação dos professores no novo Ensino Fundamental depende do tipo de contratação. Segundo o MEC, algumas leis permitem que os educadores trabalhem tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental. A mudança nos métodos de avaliação vai exigir profissionais preparados. Segundo o MEC, desde 2004 os professores estão sendo capacitados através de documentos com orientações gerais e cursos de atualização.

Considerar o ensino fundamental obrigatório e oferecê-lo gratuitamente é um grande passo para o avanço da educação nacional, contudo, não basta pôr isso apenas nas leis, devem-se considerar também as diferentes realidades dos estudantes do país.

Com base nos incisos I até o IV, do Art. 32, da LDB 9394/96, a formação básica da criança no ensino fundamental dar-se-á mediante o desenvolvimento da leitura, escrita e cálculo, da aquisição de conhecimentos e habilidades, formando atitudes e valores (BRASIL, 1996). O estudante deve ainda compreender o ambiente natural, social e político, as tecnologias, as artes e os valores da sociedade, bem como fortalecer os vínculos com a família, os laços de solidariedade e cultivar a tolerância recíproca para com os demais. No entanto, estatísticas nacionais recentes, mostram-nos que é alta a taxa de estudantes que concluem o ensino fundamental sem ter tais conhecimentos construídos e habilidades desenvolvidas. Mas afinal, onde estarão as *muralhas* que impedem que essa formação básica seja efetivada?

Referente ao currículo da Educação Básica, destacamos os artigos 26 e 27 da LDB:

Art.26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I – a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e a ordem democrática;

II – consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III – orientação para o trabalho;

IV – promoção do desporto educacional e apoio as práticas desportivas não formais. (BRASIL, 1996).

Ao observamos o que diz essa lei sobre a educação nas áreas rurais, no artigo 28 (BRASIL, 1996), vimos a afirmação de que o currículo deve se adequar às peculiaridades da região, entendendo as necessidades e interesses dos estudantes, trabalhando de forma que a aprendizagem seja significativa, sendo que, se houver necessidade, o calendário escolar pode ser modificado, de modo que melhor atenda os estudantes e suas famílias.

Quanto à função dos docentes na Educação Básica ressaltamos o artigo 13 da LDB:

Art.13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II – elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III – zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e com a comunidade (BRASIL, 1996).

Apesar do artigo acima deixar esclarecido qual é a função dos professores no exercício de suas funções na educação, percebemos muitos professores deixando a desejar ao que se refere ao planejamento e prática pedagógica, levando em consideração a prática pedagógica na qual estamos imersos. Ao invés de elaborar um projeto novo, que leve em consideração a realidade dos estudantes com as quais se trabalha, muitos professores, simplesmente reutilizam o mesmo material elaborado em anos anteriores, sem modificar as estratégias de ensino e conteúdos privilegiados, desconsiderando totalmente que os estudantes mudaram e, sem fazer uma avaliação se o que foi realizado deu certo no processo de ensino e aprendizagem anterior ou não¹. Tal atitude demonstra o problema da acomodação na prática pedagógica, podendo repercutir em graves problemas no processo de ensino e de

¹ Estas questões são observadas constantemente na realidade escolar vivenciada pela pesquisadora.

aprendizagem, demonstrando assim a falta de comprometimento com o que está sendo feito na formação das crianças. A lei estabelece ainda que é de responsabilidade dos professores manter-se atualizados, participar de momentos de formação oferecidos pelo poder público e retirar o maior proveito de tais oportunidades. Contudo, o aperfeiçoamento na formação dos professores nem sempre é possível por falta de investimento e incentivo das redes de ensino ou pela resistência dos próprios profissionais que estão acomodados e negam-se a aprofundar seus saberes.

A resistência às mudanças é percebida em vários aspectos nas escolas, mas quando o assunto são as tecnologias digitais na educação, a resistência parece aumentar. São vários os argumentos utilizados pelos professores para justificarem o fato de não incorporarem os avanços tecnológicos disponíveis em seus planejamentos e, posteriormente, na prática pedagógica. Argumentos como a velocidade da internet, a falta de cursos de aperfeiçoamento ou aparelhos em números insuficientes são frequentemente utilizados por parte dos professores. Referente a esse dado Andrade (2013, p. 59) acentua:

A utilização das redes sociais na escola é uma discussão controversa. Muitos profissionais têm resistências ao uso desses ambientes virtuais. Alguns por desconhecimento de seu funcionamento; outros, por verem a dificuldade que a maioria dos professores tem em realizar uma transposição pedagógica de seus conteúdos para um meio que não seja a sala de aula com quadro, giz, projetores, livros didáticos. [...] Lamentavelmente, ainda há muitas práticas docentes autoritárias e monológicas, que destituem a natureza interativa dos ambientes virtuais em rede.

Sabemos que para que ocorra uma integração das tecnologias ao currículo de forma adequada e eficiente os professores terão que se empenhar na inovação da prática educativa, dedicando um tempo maior para pesquisar e efetuar o planejamento das aulas de maneira interativa com as tecnologias. Isso requer participação efetiva nos momentos de formação continuada, oferecido pelo poder público, para que os mesmos possam se sentir habilitados e seguros para desenvolverem o trabalho pedagógico com as tecnologias integradas.

1.1 CICLO DE ALFABETIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A lei nº 11.274 (BRASIL, 2006) instituiu no Brasil o ensino fundamental de nove anos, onde as crianças passaram a ingressar aos seis anos no ensino fundamental. Depois dessa alteração na idade em que as crianças ingressam no ensino fundamental, algumas mudanças na metodologia de trabalho dos professores foram necessárias, uma vez que as crianças estão ingressando mais cedo no primeiro ano do ensino fundamental. Diante disso, metodologias mais lúdicas, se fazem cada vez mais necessárias nesse período escolar, a partir de atividades diversificadas, interativas e que despertem o interesse das crianças menores para o aprendizado de diversos saberes, entre eles a leitura e a escrita,

Ao reafirmar a urgência da construção de uma escola inclusiva, cidadã, solidária e de qualidade social para todas as crianças, adolescentes e jovens brasileiros, assume, cada vez mais, o compromisso com a implementação de políticas indutoras de transformações significativas na estrutura da escola, na reorganização dos tempos e dos espaços escolares, nas formas de ensinar, aprender, avaliar, organizar e desenvolver o currículo, e trabalhar com o conhecimento, respeitando as singularidades do desenvolvimento humano (BRASIL, 2007, p.5).

Vale destacar que essa mudança atingiu principalmente as crianças das camadas populares, uma vez que as crianças das classes mais favorecidas já estão na escola até antes dos seis anos, na pré-escola ou Centros de Educação Infantil. Pesquisas foram realizadas no período que antecedeu a mudança da lei, na qual se chegou a conclusão que as crianças que ingressaram na escola antes no processo de escolarização obtiveram resultados melhores no processo de letramento, se comparados aos resultados obtidos pelas crianças que passaram a frequentar a escola somente aos sete anos. Contudo é importante ressaltar

[...] que o ingresso dessas crianças no ensino fundamental não pode constituir uma medida meramente administrativa. É preciso atenção ao processo de desenvolvimento e aprendizagem delas, o que implica conhecimento e respeito às suas características etárias, sociais, psicológicas e cognitivas. [...] o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças de seis anos de idade ingressantes no ensino fundamental de nove anos, sem perder de vista a abrangência da infância de seis a dez anos de idade nessa etapa de ensino (BRASIL, 2007, p.6).

As mudanças necessárias nessa fase de transição do ensino de oito anos para o ensino de nove anos exigiu um trabalho conjunto das dimensões políticas, administrativas e pedagógicas, objetivando assegurar às crianças um convívio escolar maior e oportunidades de aprendizagem de qualidade. Lembrando que o foco não deve ser apenas o tempo a mais que

as crianças permanecerão no ensino fundamental, mas sim o uso eficiente desse tempo no processo de ensino e aprendizagem, proporcionando uma maior construção do conhecimento.

Em 2008 objetivou-se instituir em todo o Brasil, o ciclo de alfabetização, fazendo com que os três primeiros anos do ensino fundamental (1º, 2º e 3º anos) sejam direcionados exclusivamente para a alfabetização.

O governo federal, em parceria com os estados e municípios, ofereceu aos professores que trabalham com crianças no ciclo de alfabetização, formação continuada, por meio do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, nos anos de 2013, 2014 e 2015. Nesse programa foram ofertados aos professores cadernos que instrumentalizaram o fazer pedagógico. Nesse material de formação foi priorizado o trabalho a partir de sequências didáticas, que deveriam partir de um gênero textual, preferencialmente uma obra de Literatura Infantil, abordando os conceitos e conteúdos que devem ser trabalhados no ciclo de alfabetização.

A formação continuada do PNAIC que foi desenvolvida no ano de 2013, teve como foco o ensino de Língua Portuguesa, de maneira significativa no ciclo de alfabetização. No ano de 2014, o PNAIC trabalhou o ensino da Matemática e Língua Portuguesa de forma lúdica, com jogos e atividades diversificadas. No ano de 2015, o programa abordou o trabalho interdisciplinar, com a utilização de recursos midiáticos na alfabetização. Os cadernos de formação oferecem orientações no que se refere ao planejamento e uso dos recursos midiáticos durante as aulas. No caderno de número 4 desse curso encontramos a seguinte afirmação:

Um trabalho com as mídias na escola não se refere apenas à sua utilização como recurso pedagógico, como projetar um slide, assistir a um filme ou documentário para trabalhar determinado conteúdo disciplinar, pois as mídias são produtos culturais que devem se tornar objetos de estudo e de reflexão crítica. (BRASIL, 2015, p. 70)

Os materiais de formação do PNAIC ressaltam que os usos das TDIC no processo educativo não devem ter como objetivo inserir inovações *apenas divertidas* na sala de aula, pois os meios eletrônicos são recursos de comunicação que estão presentes na vida da sociedade. Os textos multimidiáticos devem ser trabalhados em sala de aula visando despertar no estudante seu espírito crítico e inovador, a fim de retirar o maior proveito possível nos usos efetuados em ambiente escolar.

O uso dos meios, que podem ser definidos como todos os meios eletrônicos ou digitais e de impressão usados para produzir e transmitir mensagens a distância, não se justifica apenas para promover mais uma inovação divertida para os alunos, mas porque acreditamos que esses modos de comunicação, com suas linguagens próprias, constituem o modo de vida da sociedade e os próprios sujeitos. Por isso, considerar essas novas configurações da comunicação na escola envolve, entre outras estratégias, trabalhar em várias disciplinas a recepção de textos multimidiáticos, de forma crítica, produzir ou encenar vários programas de rádio e TV, além da utilização da comunicação pela internet, mesmo sabendo que há vários segmentos sociais que não têm acesso à internet e que, no espaço escolar, ainda há problemas de conexão, já que o acesso à comunicação *online* não está distribuído igualmente no País (BRASIL, 2015, p. 69).

Os momentos de estudos propostos nos cadernos de formação do PNAIC buscam considerar as especificidades de cada região e as condições econômicas dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Quando o assunto em pauta é a utilização dos recursos midiáticos em sala de aula, os estudos enfatizam que o acesso aos recursos não é uniforme em todo o país, pois existem diferentes condições de acesso aos aparelhos tecnológicos e até mesmo a própria conexão com a internet. Diante disso, o planejamento do professor deve considerar tais particularidades e partir sempre do contexto em que os sujeitos estão envolvidos, para dessa maneira, desenvolver com sucesso o que fora planejado anteriormente. A formação oferecida pelo PNAIC contribuiu no processo de formação dos professores alfabetizadores, no sentido de se efetuar o uso dos recursos midiáticos nessa fase da vida escolar dos estudantes. As leituras e discussões, pautadas na realidade de sala de aula, ampliaram as possibilidades de uso das TDIC no processo de alfabetização².

O uso de novas tecnologias não pode ser descolado do conjunto de meios que, quer a escola discuta ou não, constituem as formas de pensar e de se expressar através das linguagens contemporâneas. Essas já estão incorporadas ao cotidiano da criança fora da escola e começam a ser levadas em consideração na medida em que os professores dialogam com as crianças sobre o que veem, leem e escutam, adotando as mídias como objeto de estudo em várias áreas do conhecimento, com base nas Diretrizes Curriculares, tornando visíveis suas funções, conteúdos e linguagens e incorporando-as desde o período da alfabetização (BRASIL, 2015, p. 71).

O diálogo entre o professor e as crianças deve ser constante durante esse período inicial de escolarização, na qual, o professor deve ter conhecimento do que as crianças sabem e de como elas percebem o mundo e a sociedade em que estão inseridas. Dessa forma, o professor poderá elaborar seu planejamento considerando às necessidades das crianças que atende e adaptando sua metodologia de ensino para obter melhores resultados no processo de ensino e de aprendizagem.

² Tais dados foram verificados na formação continuada oferecida na escola onde a pesquisadora trabalha.

2 CULTURA DIGITAL NA ESCOLA

O termo Cultura Digital nos remete ao acesso e uso das tecnologias digitais que nas últimas décadas vem se apresentando à sociedade, nas quais os recursos tecnológicos evoluíram bastante e tornaram-se mais populares. Baratto e Crespo (2013, p.23) ressaltam que “a cultura digital, cotidiana, vivenciada por crianças, jovens e adultos tornou-se incentivo ao aprendizado de forma autônoma e, portanto, prazerosa”. Tendo em vista a crescente popularização dos equipamentos eletrônicos constata-se que o número de pessoas que possuem condições de adquirir aparelhos celulares, tablets ou computadores, para manterem-se conectados com o mundo virtual vem evoluindo. Contudo, o conceito de Cultura Digital não está consolidado, sendo que, o mesmo possui relação com os conceitos de revolução digital, sociedade da informação e cibercultura.

Se a cultura é um reflexo da ação humana, a cultura se constitui de ação do homem, na sociedade; criando formas, objetos, dando vida e significação a tudo o que o cerca. É essa ação humana que permitiu o surgimento do computador e, por conseguinte, o surgimento da cultura digital. E esta passa, em seguida, a fazer parte de vários aspectos da vida humana, na aprendizagem pedagógica, na vida afetiva, na vida profissional, na simbologia da comunicação humana. Desse modo, vimos surgir uma nova estruturação de pensamentos, práticas e conceitos. Cabe ressaltar aqui, que a cultura não se transforma em digital, mas sim, ela busca se adequar ao cenário digital, ao mundo virtual (BARATTO; CRESPO, 2013, p. 17).

Muitos estudantes estão cada vez mais inseridos na cultura digital. Eles utilizam com facilidade os equipamentos tecnológicos que possuem, exploram os recursos dos mesmos, utilizam a internet com maestria, encontram as informações que necessitam, navegam horas pelas redes sociais onde possuem centenas de amigos, conversam com pessoas de diferentes locais, cultivam amizades com pessoas que nunca enxergaram pessoalmente. O universo da cultura digital pode ser considerado algo ilimitado, que oferece aos estudantes infinitas possibilidades. Diante disso, cabe destacar:

Lidar com a cultura digital não é somente um ato embasado na tecnologia, mas também se configura em um ato de racionalidade. Ou seja, por meio de processos matemáticos de criação e produção (razão), o homem tem ao seu dispor um novo universo totalmente ilimitado, seja fisicamente, seja espacialmente; não há delimitações, seja de que natureza que for (BARATTO; CRESPO, 2013, p. 22).

A maior utilização que se percebe por parte dos estudantes na cultura digital é certamente as redes sociais. Nela os estudantes falam sobre os mais variados assuntos,

publicam fotos, opiniões, questões relacionadas à rotina e a vida pessoal, dentre outras tantas ações que tais recursos proporcionam. Com relação à presença e utilização das redes sociais pelos estudantes, tem-se a preocupação quanto ao exagero, ao exibicionismo e ao cultivo de comportamentos egocêntricos e até narcisistas. Referente a essa questão Andrade (2013, p. 56) salienta:

No trabalho envolvendo redes sociais na escola, a troca de saberes entre estudantes e docentes é essencial. Na escola contemporânea, o aluno tem muito a ensinar e a contribuir para o processo de ensino e aprendizagem. Ele faz parte da “geração net” ou “geração digital” – já nasceu imerso na sociedade da informação. A maioria tem familiaridade com as práticas em rede, e esse potencial pode ser aproveitado para que eles compartilhem saberes e aprendizagens.

Sabemos que atualmente as crianças, as consideradas *nativas digitais*, possuem acesso com facilidade a uma infinidade de informações. Diante disso, cabe lembrar que a escola tem um papel importante na formação humana integral, onde os estudantes não sejam meros observadores e repassadores de informações veiculadas pela mídia, mas que saibam fazer uma análise crítica das fontes, checar dados, analisar as relações de poder que estão por detrás de cada informação. Uma alternativa para tal questão seria instigar os estudantes a desenvolverem uma postura investigativa, de extrema importância para desenvolver diferentes linguagens. Essa seria uma forma dos estudantes adotarem atitudes críticas, aprendendo a analisar e investigar as informações que chegam até eles, para que não se deixem levar pela cultura de massa.

Tais questões informam que os profissionais da educação devem ter um olhar especial voltado para as diferentes linguagens que os estudantes podem utilizar no processo educativo, considerando as particularidades dos envolvidos nesse processo e, dessa forma, perceber as relações estabelecidas entre tais sujeitos, sendo que “a cultura digital em qualquer definição que possa ser dada, constitui-se em essência, de compartilhamento, desterritorialização, racionalização, unificação e autonomia” (BARATTO; CRESPO, 2013, p. 24).

A presença da cultura digital na vida dos estudantes é uma questão consolidada e que não tem retrocesso. Cabe aos professores reconhecer que atualmente a escola não é a única fonte de informação que os estudantes dispõem e que o ambiente escolar não é o único local onde eles constroem e compartilham conhecimentos. Diante disso, os profissionais envolvidos no processo educativo devem estar preparados para utilizarem as Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC) no processo de ensino e aprendizagem de forma diferenciada, possibilitando a interação com o saber de forma dinâmica, envolvendo e

despertando o interesse dos estudantes pelos temas trabalhados. Se o uso das tecnologias educativas for de forma inadequada, superficial ou despreparada os resultados não corresponderão com os objetivos almejados.

O reconhecimento da importância da mídia e de suas influências sobre o processo educativo na atualidade traz implicações para a formação de professor. Torna-se importante repensar o uso dos recursos midiáticos como uma ação educativa, focalizando, fundamentalmente, o estímulo a emancipação e à autonomia das crianças, provocando um olhar crítico sobre conceitos e valores da realidade. Isso, sem dúvida, contribui para que sejam usuários críticos e ativos dos meios de comunicação (GOMES, 2013, p. 50).

Os docentes devem estar seguros do que pretendem ensinar/trabalhar com o uso das TDIC em sala de aula e dessa forma apresentar aos estudantes novas possibilidades de uso de tais ferramentas, ampliando o seu repertório cultural, diferenciando-se do uso que os mesmos fazem cotidianamente, pois para muitos estudantes internet é sinônimo de rede social. Tal pensamento desqualifica e desperdiça as inúmeras oportunidades de ampliar o conhecimento que essas fontes oferecem a seus usuários.

Durante muitas décadas, no Brasil, os únicos recursos didáticos utilizados nas escolas eram o quadro negro, o giz, alguns livros, cadernos e lápis. Por serem acessíveis a todos, em função da oferta pelo Ministério da Educação à grande parte das escolas públicas, os livros didáticos acabaram sendo materiais que representam o processo educativo. Juntamente com esses materiais as tecnologias estão, há alguns anos, sendo inseridas no cotidiano escolar.

O uso que a escola deve fazer, dos recursos midiáticos que possui, deve ser mais aperfeiçoado em relação ao que os estudantes fazem sem o acompanhamento e a orientação dos professores. O aperfeiçoamento da equipe escolar é extremamente necessário, para que esta possa acompanhar a evolução das ferramentas tecnológicas educacionais e explorar todas as possibilidades que as mesmas oferecem, percebendo-as como aliadas do processo educativo. Andrade (2013, p. 57) informa:

É importante que o professor propicie o trabalho em cooperação e estimule as conexões, ampliando a capacidade que os estudantes têm para fazer as associações com liberdade. Cabe ao docente propor questões instigantes e trabalhar a coesão e o espírito colaborativo do grupo.

As redes sociais construídas com a finalidade escolar devem, preferencialmente, ser fechadas, isto é, o professor pode criar uma página no *Facebook* ou um endereço no *Twitter* exclusivo para sua turma, de forma a restringir o acesso de pessoas que possam tirar o foco das aulas (ANDRADE, 2013, p. 57).

O uso das tecnologias permite aulas dinâmicas, desenvolve o potencial investigativo dos estudantes e faz com que os mesmos se sintam mais próximos e envolvidos nas atividades, pois o uso das tecnologias aproxima o processo educativo do cotidiano do estudante, considerando que muitas crianças e jovens possuem contato com as tecnologias e já sabem utilizar tais recursos, principalmente o computador.

A utilização do computador permite ao professor ir além do que o livro didático oferece. Algumas práticas simples como a de restringir somente aos estudantes o acesso ao ambiente virtual de aprendizagem podem fazer a diferença em alguns momentos, pois se a proposta do professor para o momento não envolver a socialização do conhecimento em questão para o público externo, a presença de outras pessoas no ambiente pode comprometer o desempenho e a concentração dos estudantes.

O uso das TDIC no dia a dia do professor é um fato que vem se consolidando. Entre as dificuldades que os professores enfrentam ao utilizá-las em sala de aula pode-se destacar o fato de que o uso das tecnologias no processo pedagógico exige mais planejamento e preparo por parte do professor, tanto para familiarizar-se com todos os recursos disponíveis nos equipamentos tecnológicos, como para pesquisar, localizar e preparar os materiais a serem usados em aula. O tempo destinado para preparar as aulas é muitas vezes menor do que o necessário e algumas vezes os recursos disponíveis, como o número reduzido de computadores disponíveis e a baixa velocidade da internet, são obstáculos a serem contornados para um uso eficiente de tais recursos.

Explorar o universo virtual no ambiente escolar possibilita também o acesso a conteúdos em formatos variados, como texto, áudio, vídeo etc. [...] É importante lembrar que as atividades em rede tendem a se tornar mais extensas, por isso é necessário um planejamento e um controle mais rigoroso do tempo para evitar a dispersão tanto dos docentes quanto dos alunos (ANDRADE, 2013, p. 57).

A falta de formação específica para aproximar as ferramentas tecnológicas do currículo escolar também é um fator que causa insegurança aos professores. Muitos deixam de usar as tecnologias por não possuírem a certeza de que a forma como estão utilizando os recursos midiáticos poderão contribuir no processo de ensino e de aprendizagem, e/ou atendendo o que o currículo escolar prevê. Cabe destacar que em relação a essas dificuldades ocasionadas pela falta de formação, existem cursos de formação continuada *on-line* ou presencial que são oferecidos aos professores para que os mesmos possam aproximar sua prática pedagógica ao uso das TDIC.

O sistema *E-proinfo*, caracterizado como ambiente colaborativo de aprendizagem que funciona em ambiente virtual, é um exemplo de formação de professores, na qual se podem realizar várias ações, dentre elas: a concepção, administração e desenvolvimento de vários cursos à distância em complemento a cursos presenciais, projetos de pesquisa e projetos colaborativos, contribuindo no processo de ensino e aprendizagem, onde são oferecidas diversas oportunidades de aprendizagem interativa referente às mídias para os professores³.

Com relação à disposição das TDIC no cotidiano educativo em nossas escolas, percebemos que os governos (federal, estadual e municipal) têm propiciado que as escolas acompanhem as evoluções da sociedade quando o assunto são os recursos tecnológicos. Nos últimos dois anos as escolas públicas receberam várias ferramentas para auxiliar e enriquecer a prática pedagógica dos professores. Muitas escolas atualmente dispõem de vários equipamentos modernos como *notebooks*, *tablets*, projetores *data show*, lousa digital, entre outros, que estão à disposição para serem usados no processo de ensino e aprendizagem.

Quanto às formas com que aprendemos, que adquirimos e construímos conhecimentos, pode-se destacar que a interação com o outro é uma das formas mais eficientes. Atualmente essa interação está ocorrendo de diversas formas. Uma das mais presentes é utilizando a conexão com a internet, sendo que, aprender em rede está cada vez mais presente no cotidiano dos estudantes.

Nesse contexto, o conhecimento não pertence exclusivamente à escola e ao professor, uma vez que o mesmo está disponível na rede, para quem possuir o interesse e possibilidade de acessá-lo, objetivando se apropriar do mesmo. As redes sociais como o *facebook* e o *twitter* oferecem aos usuários infinitas formas de aprender, interagir, buscar informações e fornecer informações.

Como as redes sociais são construídas e mantidas a partir das relações entre as pessoas e suas ações, uma proposta didática em torno de um tema do currículo pode ser debatida pelos alunos que, com suas vozes e visões de mundo, teriam chance de se manifestar – talvez, com maior liberdade do que no contexto tradicional da sala de aula. A partir dessas interações é que a rede é formada (ANDRADE, 2013, p. 57).

As possibilidades são muitas! Utilizando-se desses recursos o estudante se torna um sujeito ativo em sua aprendizagem, pois o mesmo apropria-se do conhecimento produzido pelos outros e, ao mesmo tempo, também produz conhecimento, construindo e reconstruindo novos conceitos para colaborar com os demais.

³ Dados disponíveis em: portal.mec.gov.br/expansão-da-rede-federal/sistemas-do-mec/e-proinfo

Em relação à evolução das possibilidades de se aprender percebe-se que são muitas disponíveis, pois, desde a mais tenra idade a aprendizagem já está presente. Temos DVDs infantis que ensinam números, formas, letras, cores e curiosidades sobre diversos temas. Na medida em que as crianças vão crescendo as ferramentas que lhes permitem aprender vão aumentando. Temos livros infantis em preços acessíveis, ou até sendo doados por instituições diversas, que tratam de muitas questões interessantes⁴. Quando as crianças ingressam na escola as mesmas já possuem diversos conhecimentos. Na escola, muitos professores também estão inovando os métodos de ensino, dinamizando as aulas e contribuindo para que as maneiras que as crianças aprendem também se modifiquem.

Com o passar do tempo, a escola vem evoluindo e as formas como os estudantes aprendem também vem se modificando. Na década de 1980, na universidade de Harvard, Howard Gardner desenvolveu a teoria das inteligências múltiplas. Nesse estudo ele classificou as aptidões para aprender por áreas de conhecimento, afirmando que cada criança possui mais facilidade para aprender de determinadas formas cada conteúdo. Gama (1998) acentua que Gardner estabeleceu em sua teoria que as habilidades dos indivíduos seriam divididas em lógica, linguística, corporal, naturalista, intrapessoal, interpessoal, espacial e musical, afirmando que cada pessoa possui uma ou duas dessas inteligências mais desenvolvidas. Raros seriam os casos em que a pessoa possui várias delas bem desenvolvidas e que o desenvolvimento das mesmas depende também do meio em que o indivíduo está inserido, uma vez que somente a propensão genética não vai determinar tais habilidades.

Diante disso, corroboramos com a ideia que se deve oferecer aos estudantes a oportunidade de aprender em um contexto investigativo com a utilização das TDIC. Na busca por informações, que consiste em copilar dados que já existem, pois não se cria nada novo, mas, utilizam-se informações já existentes, formulando hipóteses, analisando e interpretando dados obtidos e elaborando suas conclusões.

Para que haja a investigação se faz necessário que sejam oferecidas aos estudantes as condições que precisam para desenvolver a pesquisa científica e conhecer todas as possibilidades que possuem para realizá-la, integrando nessa atividade os recursos midiáticos que possuem à sua disposição. Aprendizagem baseada na investigação é o caminho para

⁴ Como exemplo, podemos citar a Fundação Itaú Social, que anualmente, distribui livros às pessoas que solicitam em seu *site* de divulgação (<https://www.itaui.com.br/crianca/>) e a Fundação Educar DPaschoal que além de doar livros, disponibiliza livros infantis digitalizados para acesso livre (<http://www.educardpaschoal.org.br/projeto.php?id=4&page=21>).

superar métodos tradicionais, tornando a construção do conhecimento um processo significativo, na qual a curiosidade e a criatividade do estudante se tornam o ponto de partida.

3 CURRÍCULO E AS TECNOLOGIAS EDUCATIVAS.

Durante os estudos do módulo do Núcleo de Base 2, a partir de agosto de 2014, pelo curso de Especialização em Educação na Cultura Digital pela UFSC, conhecemos algumas concepções de currículo, que vão desde a simples transmissão de conhecimento até a ideia de que o conhecimento deve ser construído pelo aprendiz. Porém, todos têm em comum a intenção e o compromisso de trabalhar com o conhecimento. As concepções foram estudadas com destaque para alguns aspectos apontados por Gimeno Sacristán (2000). Esse autor concebe o currículo como um recurso que supera a transmissão de informações. Para ele o currículo vai além da simples transmissão de informações, sendo um instrumento que permite a organização e a elaboração de ações amplas. Já, segundo Paulo Freire o currículo possui ideologias, contempla a vida na escola e as relações existentes entre os sujeitos envolvidos. Esse autor descreve o currículo como um elemento político e ideológico pautado em teoria e prática (FREIRE, 1991). O que se relaciona a afirmação inicial de que o currículo não é neutro, possui ideologias e segue princípios teóricos e práticos.

Contudo a concepção de currículo que foi amplamente abordada e estudada durante o Núcleo de Base 2 foi a concepção de Ivor Goodson. Esse autor concebe o currículo como identidade narrativa, concepção esta, relativamente nova, pois oportuniza a construção de uma aprendizagem de gerenciamento da vida, possibilita o planejamento, a organização e a reflexão traçando o caminho para um novo futuro social (GOODSON, 2007).

Durante os estudos percebeu-se a importância da realização de um trabalho que contemple as ferramentas tecnológicas, devido aos imensuráveis benefícios que as mesmas nos disponibilizam. A utilização das mesmas deve ser bem planejada, sendo que, a integração das tecnologias ao currículo escolar é fundamental para que o trabalho seja sólido e edificador, para que se alcance os resultados almejados.

Sabe-se que o professor é o principal responsável na elaboração de um currículo que tenha as TDIC integradas a ele, de maneira consciente e adequada, uma vez que a integração de maneira incoerente pode ocasionar uma alienação dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem e não atender as expectativas de propiciar a emancipação dos mesmos.

Ao efetuar a elaboração de um currículo integrado com as TDIC deve-se considerar todas as condições que circundam o processo educativo, que vão desde o tamanho das turmas, a disponibilidade dos recursos tecnológicos e o preparo dos profissionais envolvidos. A colaboração que deve haver entre a equipe de trabalho é fundamental para que, aos poucos, os

profissionais possam ter a capacidade de livrar-se da cultura internalizada de utilizar somente o livro didático durante as aulas.

Um trabalho com o uso das tecnologias pode gerar tensões e conflitos, por estarmos inseridos em uma sociedade onde as mudanças são frequentes. Os estudantes demonstram-se familiarizados com os recursos tecnológicos e os docentes, em determinadas situações, apresentam sinais de insegurança e de falta de interesse em incorporar tais recursos no desenvolvimento da prática pedagógica. Dessa forma, a integração das TDIC ao currículo escolar apresenta-se como um grande desafio que permeia as relações existentes em sala de aula, na escola.

Cabe lembrar que uma questão que preocupa os professores é o fato de que os estudantes possuem o conhecimento e o domínio em relação ao uso das ferramentas tecnológicas, o que falta, muitas vezes, aos estudantes é o olhar crítico em relação ao que a mídia disponibiliza. Para que esse olhar seja desenvolvido nos estudantes é necessário que haja uma orientação adequada. Ressalta-se que o processo de alfabetização/letramento para a correta utilização das mídias é tão importante como o processo de alfabetização/letramento efetuado na fase inicial de escolarização, priorizando o ensino da leitura e da escrita.

A aprendizagem em rede é um recurso interessante para se utilizar em sala de aula, por proporcionar a participação ativa, a interação entre as pessoas e o conhecimento. Ela favorece a colaboração, a autoria compartilhada em ambientes hipertextuais, o compartilhamento de informações, gerando o diálogo entre as múltiplas linguagens e a socialização de experiências e concepções. Além disso, o trabalho em rede permite o contato com o conhecimento científico sistematizado e historicamente construído pelo homem, possibilitando ao estudante construir um paralelo destes conhecimentos com os saberes que o mesmo possuía e reconstruí-los, socializando-os posteriormente.

Integrar o uso das TDIC ao currículo escolar, de forma a propiciar aos estudantes uma reflexão sobre o próprio pensamento, pressupõe que estaremos permitindo o diálogo dos mesmos com os conhecimentos que possuíam e os novos saberes. Dessa maneira, pode-se contribuir com os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, criando assim, um movimento dialético.

O principal objetivo da integração do currículo e das TDIC está relacionado com a concepção libertadora e problematizadora de currículo que Paulo Freire propôs, que objetiva formar seres humanos críticos, emancipados, que saibam questionar, que reflitam sobre suas ações, podendo assim transformar sua realidade e a realidade do mundo que o cerca (FREIRE,

1991). As TDIC devem oferecer um ponto de partida para que esse sujeito possa construir e reconstruir conhecimentos, se reconhecer como sujeito atuante e participativo na comunidade compartilhando valores, experiências e conhecimento.

O trabalho com o uso das tecnologias pode gerar tensões e conflitos, por estarmos inseridos em uma sociedade produtiva, onde as mudanças e os avanços tecnológicos são frequentes. Sabe-se que a escola tem uma importante função social, e por isso, precisa estar em sintonia com seus estudantes, para que desta forma crie condições para que os mesmos se desenvolvam e se empoderem de conhecimentos, que os permitam atuar de forma consciente na sociedade onde estão inseridos.

Assim, do mesmo modo que o currículo tem como uma de suas metas básicas o domínio da leitura e da escrita para empregá-las no desenvolvimento pessoal e profissional, na convivência no contexto sócio-cultural e no pleno exercício da cidadania, hoje também é necessário que o currículo abarque os letramentos digitais e midiáticos de modo que crianças, jovens e adultos possam ler, escrever e aprender empregando as múltiplas linguagens de comunicação e expressão propiciadas pelas TDIC e mídias por elas veiculadas. (ALMEIDA; VALENTE, 2011, p. 27)

Ressalta-se o fato de que as tecnologias não devem ser listadas no plano de ensino do professor como apenas mais um recurso a ser utilizado, simplesmente para apresentar o conteúdo de forma diferente do tradicional, e sim, como forma de construir novos conhecimentos, onde professores e estudantes não sejam meros usuários e sim protagonistas do processo em que letramentos midiáticos sejam promovidos, ampliando as interações e as possibilidades de comunicação e construção do conhecimento.

Destaca-se assim, a não neutralidade das TDIC. Almeida e Valente (2011) afirmam que as TDIC são estruturantes do pensamento e conseqüentemente do currículo. Além de estruturarem a ideia, o uso das TDIC interfere em seu significado, isto é, a forma e o conteúdo de uma informação sofrem transformação quando ela é apresentada por meio de uma mídia.

Entretanto, há quem considere as tecnologias como recursos neutros e sua integração ao currículo como a transposição do conteúdo que faz parte do currículo oficial para uma nova mídia, esquecendo-se que cada mídia oferece um suporte diferente para que as linguagens possam transitar. Além disso, desconsidera-se muitas vezes, que o currículo efetivo é aquele construído na prática pedagógica resultante do trabalho entre professor e alunos na sala de aula, onde estão envolvidos tanto os conhecimentos científicos como os elementos simbólicos culturais, os saberes da prática docente, as práticas sociais de comunicação, as técnicas e os artefatos. É importante ir além dessas visões ingênuas e considerar que as mídias e tecnologias interferem nos modos de se expressar, se relacionar, ser e estar no mundo, produzir cultura, transformar a vida e desenvolver o currículo (ALMEIDA; VALENTE, 2011, p. 28).

O uso das tecnologias é um dos elementos estruturantes que não pode ser desconsiderado na elaboração do currículo. Cabe lembrar que o currículo de fato se dá em uma soma de elementos conjuntos, envolvendo concepções, metodologias e práticas. Algumas questões que são difíceis de serem resolvidas pelos docentes e algumas vezes até impossíveis, pois dependem de fatores externos e políticas de governo, são percebidas como obstáculos para a integração das mídias no currículo e, posteriormente, na prática efetiva de sala de aula, repercutindo em alguns dos problemas enfrentados para o bom uso das tecnologias na escola, como: salas com elevado número de estudantes; número insuficiente de computadores; internet ruim, com velocidade insuficiente para atender aos objetivos estipulados para a aula, entre outros.

Apesar dos conflitos que podem ocorrer durante a integração do currículo e das TDIC, tanto pela insegurança dos professores como pelo desinteresse dos estudantes que já fazem uso das tecnologias com facilidade, cabe aos profissionais da educação trabalhar em conjunto, com estratégias bem planejadas e metodologias diferenciadas para despertarem o interesse dos estudantes em construir, reconstruir e socializar saberes. Dessa forma, os desafios serão superados e o processo de ensino e aprendizagem terá mais qualidade, será mais interessante e atrativo, cumprindo assim com seu papel social.

No texto *Tecnologias e Currículo*, Almeida e Valente (2011) destacam ainda que a criação de ambientes de aprendizagem por meio das TDIC impulsionam novas formas de ensinar, aprender e interagir com o conhecimento e ainda sugerem que a melhor maneira de fazer isso é o desenvolvimento de projetos que permitem registrar processos, recuperar trajetórias, rever narrativas, identificar caminhos percorridos, conhecimentos colocados em ação e significados em construção.

Outro aspecto importante é o incentivo a autoria, a elaboração de trabalhos por parte dos estudantes com o uso das TDIC para a posterior criação e divulgação no *blog* da escola, por exemplo. Esse tipo de trabalho poderá despertar nos estudantes o interesse por *blogs e sites* com conteúdos que vão lhes ser úteis e que somarão conhecimentos, ampliando as possibilidades de utilização que os mesmos conhecem na internet, deixando claro que internet não é sinônimo de rede social. Dessa forma, elas vão crescer com a compreensão de que a internet é um espaço de aprendizado, interação, troca de informações e construção de conhecimento.

Trabalhos desenvolvidos desta maneira são muitas vezes exaustivos, contudo, com um bom planejamento, objetivos claros e trabalho em equipe são possíveis de serem realizados, pois contribuem significativamente no processo de ensino e aprendizagem.

Tendo em vista tais questões, destacamos a seguir as possíveis relações entre o uso das tecnologias no processo de alfabetização de crianças, tornando a aprendizagem mais significativa para todos.

3.1 O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO COM O USO DAS TECNOLOGIAS

A prática de incorporar as TDIC no processo de alfabetização permite abordar um mesmo assunto de diferentes formas, respeitando as diferenças e individualidades das crianças, considerando que cada uma delas aprenderá com mais facilidade dependendo da metodologia utilizada. Dias e Mercúrio (2008) ressaltam que o uso do computador, por exemplo, desenvolve habilidades mentais distintas das desenvolvidas com o aparelho de som ou com a televisão. Enquanto que com o aparelho de som e a televisão a criança apenas recebe informações, com o computador ela interage, participando do que é produzido.

A utilização do computador na etapa em que a criança está tendo contato inicial com a escrita auxilia na compreensão da função social da escrita, sendo que, a criança perceberá que na maioria das situações vivenciadas o que está escrito será lido, pois, *quem escreve o faz para que alguém leia*. Além disso, logo a criança descobrirá que o texto escrito com a utilização do computador, pode ser compartilhado com mais facilidade, ao utilizarmos os meios que a internet oferece, chegando a mais pessoas, com uma velocidade maior do que se fosse um texto manuscrito.

Ao planejar situações de aprendizagem com as TDIC integradas o professor deve considerar sempre o nível de desenvolvimento infantil, selecionando os tipos de programas a serem utilizados, priorizando jogos e atividades lúdicas que estejam de acordo com as possibilidades de compreensão das crianças.

O professor pode/deve propiciar as crianças em fase de alfabetização diversas formas de acesso à cultura escrita, pois quanto maior for esse acesso, maiores serão as possibilidades dessas crianças construir conhecimento sobre a escrita. As TDIC podem contribuir nessa transformação, oferecendo oportunidades de conhecer diferentes realidades, mesmo estando dentro da própria sala de aula. Uma atenção especial precisa ser direcionada ao fato de que a internet oferece as informações com rapidez, permitindo acesso a vídeos, baixar conteúdos e

comunicar-se instantaneamente com várias pessoas (DIAS; MERCÚRIO 2008). Dessa forma, as crianças precisam ser orientadas para o uso consciente e responsável das tecnologias, tendo conhecimento dos riscos e sabendo zelar pela própria segurança. Nesse sentido, a aproximação e a orientação do professor são fundamentais.

Metodologias de ensino que utilizem as TDIC não garantem uma melhoria nos índices de alfabetização, mas são ferramentas de trabalho que poderão contribuir na aprendizagem. Alfabetizar as novas gerações é um desafio que requer atualização por parte dos professores e da escola, tanto nas metodologias, quanto nos recursos utilizados.

O encaminhamento do processo deve ser de forma que estimule a socialização de informações, evitando que as crianças interajam apenas com o computador, pois nessa fase as crianças precisam conviver umas com as outras. Uma prática de alfabetização que permita o isolamento e o individualismo, o contato somente com o computador, pode ser prejudicial para o desenvolvimento das crianças, pois, a tecnologia não substitui o convívio humano (DIAS; MERCÚRIO 2008).

O professor não pode temer o uso das tecnologias em sala de aula, esse uso oferece novas possibilidades, o uso real planejado e mediado pelo professor torna o acesso às TDIC democrático, igual a todas as crianças da turma. O acesso que as crianças possuem aos recursos tecnológicos em casa não é democrático, pois alguns têm acesso e outros não, enquanto que na escola todos terão (ou deveriam ter) a possibilidade de aprender com as tecnologias. Existe mais um ponto importante que merece destaque: as crianças que possuem acesso às tecnologias em casa, na maioria dos casos, fazem uso somente recreativo, diferenciando-se do uso pedagógico que o professor efetua em sala de aula.

Utilizando as TDIC os alunos desenvolvem-se com mais autonomia, tornando-se mais ativos na busca pelo conhecimento e, conseqüentemente mais qualificados. Até mesmo as crianças que não possuem computadores em casa, já o conhecem, pois estão em contato com o mesmo na sociedade, nos estabelecimentos comerciais, etc. O professor deve elaborar estratégias para alfabetizar tecnologicamente as crianças, de forma a perceber as dificuldades e problemas existentes e buscar soluções para os mesmos.

A diferença entre pessoas que têm acesso e as que não têm é muito grande. É possível que a solução para o crescimento e o aperfeiçoamento na área de educação não seja apenas o investimento em computadores, mas em formação de professores, salários, infraestrutura, equipamentos e a construção de mais escolas para atender a demanda. Porém a tecnologia deve ser implantada e precisamos ter acesso às conexões digitais, mas não devemos esquecer que as novas tecnologias precisam garantir o acesso à cidadania não levando massas da sociedade a serem excluídas. (DIAS; MERCURIO, 2008, p. 14).

Não podemos aceitar que diante das facilidades que os avanços tecnológicos nos proporcionaram, o acesso à tecnologia seja um fator de exclusão social. A escola deve integrar o uso das tecnologias em seu currículo, permitindo o acesso àquelas crianças que não possuem os recursos em casa, assim terão acesso na escola, um acesso de qualidade, planejado e que certamente lhes trará benefícios.

Para alfabetizar usando as novas tecnologias a solução seria o crescimento e aperfeiçoamento dos recursos digitais na área da educação. Os problemas como o da exclusão digital têm resultados ideológicos e políticos. Esses problemas que não são simples nem tão convencionais, abrem o caminho para uma ação reflexiva por parte do professor diante da alfabetização na era digital que de qualquer modo pode se dar através de uma reflexão voltada para a ação. (DIAS; MERCURIO, 2008, p. 15).

As TDIC devem ser usadas no processo de alfabetização para propiciar aos alunos a construção do conhecimento e desenvolvimento de habilidades para viverem em sociedade, conviverem com outros, trocarem experiências e dessa maneira exercerem sua cidadania. O governo investiu e provavelmente siga investindo em recursos midiáticos para as escolas, com o objetivo de que os mesmos sejam utilizados nas salas de aula para potencializar o processo educativo.

O processo de alfabetização está cada vez mais desafiador e com novas exigências, para tanto os professores precisam buscar conhecer melhor as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação para usá-las em suas aulas, contudo, esse trabalho exigirá mais dos professores, mas certamente ofertará bons resultados.

Para finalizar, é importante lembrar que o professor é o principal responsável pelo desenvolvimento do currículo, no sentido do que realmente é feito e posto em prática, e dessa forma, defendemos que o uso das tecnologias na escola pode gerar uma construção de novos valores e saberes, buscando sempre desenvolver nas crianças, desde a mais tenra idade, o espírito crítico, atuante e questionador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo compreender o papel e importância das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC) no processo de alfabetização das crianças que estudam nos anos iniciais do ensino fundamental. Para isso realizamos um estudo bibliográfico, buscando compreender e apresentar o conceito de criança, infância e educação, averiguando as possibilidades da integração das TDIC no currículo escolar e a presença das mesmas no processo de alfabetização.

Contatou-se que a utilização das TDIC no processo de alfabetização de crianças no ensino fundamental é uma alternativa para tornar o processo mais significativo, motivar as crianças, desenvolver novas habilidades cognitivas e incluí-las ao mundo digital, permitindo-lhes o acesso aos recursos tecnológicos para que possam aprender de forma integrada e compartilhar informações, aumentando as possibilidades de interação social.

A presença das TDIC no ambiente escolar e a sua utilização deve estar prevista no currículo escolar, sendo que o trabalho deve ser efetuado de forma integrada. A utilização das TDIC no processo de alfabetização precisa ser efetuada de forma consciente, mediante um planejamento prévio, tendo o professor como mediador do processo.

Acredita-se que a utilização das TDIC não vá resolver todos os problemas existentes no processo de alfabetização no Brasil, mas, com um esforço conjunto do governo e as escolas, oferecendo os recursos e a formação aos profissionais da educação, para que todos possam aperfeiçoar-se para trabalhar com as TDIC, o processo educativo será mais significativo para os sujeitos que ali se formam, e as crianças poderão aproveitar todas as possibilidades que as mídias oferecem no desenvolvimento de sua aprendizagem, na fase de alfabetização e na sequência de sua formação.

As considerações aqui apresentadas são de caráter provisório, uma vez que no cenário da educação as mudanças são constantes. Outros estudos relacionados ao tema das tecnologias no processo de alfabetização são pertinentes, a fim de se obter maiores conhecimentos relacionados ao assunto.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini; VALENTE, José Armando. **Tecnologias e Currículo: trajetórias convergentes ou divergentes?** São Paulo: Paulus, 2011, p. 27-37.
- ANDRADE, Marita. Redes sociais para a aprendizagem. **Revista Presença Pedagógica**. V. 19. n. 114. Nov/dez 2013.
- BARATTO, Silvana Simão; CRESPO, Luís Fernando. Cultura digital ou cibercultura: definições e elementos constituintes da cultura digital, a relação com aspectos históricos educacionais. **Revista eletrônica UNISEB**, Ribeirão Preto, v.1, n.2, p. 16-25, ag/dez. 2013.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 30 mai. 2016.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 30 mai. 2016.
- BRASIL. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jan. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 30 mai. 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: MEC, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação- PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 28 mai. 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa**. Trabalhando com mídias e tecnologias digitais como instrumentos de alfabetização. Ano 03. Unidade 4. Brasília: MEC/SEB, 2015.
- DIAS, Marília Costa; MERCURIO, Jaqueline Teixeira. **Alfabetização na era digital**. 2008. Disponível em: http://veracruz.edu.br/cevec_informa/06_2009/doc/monografia_jaqueline_mercurio.pdf
Acesso em: 12/06/2016.
- FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

GAMA, Maria Clara Salgado. **A teoria das inteligências múltiplas e suas implicações para a educação.** 1998. Disponível em: <http://www.homemdemello.com.br/psicologia> Acesso em 30/05/2016.

GOMES, Suzana dos Santos. Brincar em tempos digitais. **Revista presença pedagógica.** V. 19. n.113. set/out 2013.

GOODSON, Ivor. Currículo, narrativa e futuro social. **Revista Brasileira de Educação.** v.12, n. 35, maio/ago, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a05v1235.pdf> . Acesso em 30/05/2016.

KRAMER, Sônia. **A política pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce.** Rio de Janeiro: ACHIAMÉ, 1982.

OSÓRIO, Moreno Cruz. **Ensino Fundamental: Veja o que muda na prática,** 2006. Disponível em: <http://educacao.terra.com.br/interna>. Acesso em 30/04/2016.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação infantil, Ensino fundamental e Médio: Formação docente para Educação Infantil e Séries Iniciais.** COGEN, 1998.